

# Sumário

Número de notícias: 21 | Número de veículos: 16

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**Aumento de alíquotas a serviço da mistificação tributária (Artigo)..... 3**

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**Receita aponta R\$ 568 bi não declarados no Simples..... 4**

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**Análise: deputados cozinham vetos de Lula em fogo brando..... 6**

O GLOBO ONLINE - RJ - POLITICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**Sem acordo para manter vetos, governo consegue adiar mais uma sessão do Congresso  
..... 8**

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**Desenrola perde força, e programa será prorrogado por mais 3 meses..... 10**

O GLOBO - RJ - POLÍTICA  
POLÍTICA

**Oito cadeiras na dança..... 12**

O GLOBO ONLINE - RJ - POLITICA  
POLÍTICA

**Vaga no STF, eleições e insatisfações pressionam Planalto a fazer reforma ministerial  
..... 14**

O GLOBO - RJ - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Uma ilusão e uma oportunidade (Artigo)..... 16**

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**A Hidra tributária (Artigo)..... 17**

PORTAL R7 - NACIONAL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Reforma tributária deve ser votada na próxima semana, diz relator..... 19**

O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Uruguai defende acordo bilateral com China na véspera de cúpula do Mercosul..... 20**

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Taxação ameaça a estreia da Shein na Bolsa americana..... 21**

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Fazenda faz acordo para votar MP do ICMS, de R\$ 35 bi..... 23**

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Fazenda prevê arrecadar R\$ 10 bi com precatórios..... 24**

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Permanece impasse em tomo da MP das subvenções ..... 26

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

Safra é recorde, mas PIB será menor este ano ..... 27

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Avanço do PIB ruma para o medíocre - CELSO MING ..... 28

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Não é o juro que limita o PIB (Editorial) ..... 29

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Dívida bruta do governo fica em 74,7% do PIB ..... 30

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

"Inflação do PIB" reduz dívida do país no curto prazo ..... 31

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Endividamento dos governos sobe pelo 4º mês e é o maior em um ano ..... 33

# Aumento de alíquotas a serviço da mistificação tributária (Artigo)

**Everardo Maciel Consultor tributário, foi secretário da Receita Federal (1995-2002)**

Embora se trate de matéria cujo entendimento requer conhecimento especializado, tributação é objeto das mais variadas especulações, justamente porque afeta o cotidiano das pessoas.

Uma das especulações mais frequentes reside na presunção de que alíquotas elevadas são instrumentos para promover a mitigação das desigualdades de renda.

Trata-se de um grande equívoco.

A razão é simples: nenhum contribuinte paga alíquota, mas tributo, cuja determinação requer o concurso de uma base de cálculo, que quase sempre desfigura a alíquota nominal. Foi assim que nasceu o conceito de alíquota efetiva, que considera os efeitos da base de cálculo sobre a alíquota nominal.

Nos Estados Unidos, por exemplo, informações veiculadas pelo site investigativo ProPublica mostram que, entre 2014 e 2018, os 25 maiores bilionários americanos recolheram Imposto de Renda com uma alíquota efetiva de 3,4%, contrastando com uma alíquota nominal máxima, naquele período, de 39,6% (reduzida para 37%, no governo Donald Trump).

O presidente Joe Biden, no discurso sobre o Estado da União em 2022, afirmou que, no exercício fiscal anterior, 55 das 500 maiores empresas americanas tiveram US\$ 40 bilhões de lucro e nada recolheram de **impostos** federais.

Em 2019, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), os "investimentos" em empresas de fachada foram de US\$ 15 trilhões, o que equivalia, à época, ao **PIB** da China.

O Observatório Fiscal da União Europeia, em Paris, acaba de divulgar levantamento mostrando que a alíquota efetiva dos 499 maiores bilionários europeus, com patrimônio de US\$ 2,4 trilhões, é de 6%.

Um leigo seria tentado a interpretar esses dados como evidência de uma descomunal sonegação de **impostos**.

Não é disso que se trata. Bilionários e grandes conglomerados transnacionais só por descuido praticam sonegação.

Para eles, é mais interessante recorrer, com a conivência omissiva dos países ricos e dos organismos internacionais, ao planejamento tributário abusivo, inclusive mediante aplicações em paraísos fiscais e em empresas de fachada.

Os leigos, outra vez, postulam o aumento das alíquotas nominais da renda para enfrentar desigualdades. Essa empolgação faz apenas a festa dos planejadores tributários, que ardilosamente transferem o ônus do aumento para os que não têm igual conhecimento ou capacidade para exercer seu ofício. As desigualdades de renda seguem crescentes.

Não seria a hora de o Brasil atentar para esse tema e editar uma norma geral antielisiva, que o Supremo Tribunal Federal (STF) entende inexistir?

Everardo Maciel, Consultor tributário, foi secretário da **Receita Federal** (1995-2002)

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Receita aponta R\$ 568 bi não declarados no Simples

**Jéssica Sant"Ana De Brasília**

Em meio aos debates promovidos pelo governo federal e pelo Congresso Nacional para mudar o regime de tributação "Simples", um estudo inédito da **Receita Federal** mostra que, entre as empresas optantes do regime, há um elevado nível de omissão de receita bruta. O Fisco estima que R\$ 568 bilhões não foram declarados pelos pequenos e médios negócios no ano de 2019, valor equivalente a 32,4% da receita potencial do Simples no ano.

Na prática, as empresas do Simples declararam R\$ 1,186 trilhão em 2019, enquanto a receita estimada era de R\$ 1,754 trilhão, nos cálculos do estudo feito pelo Fisco para medir o "gap tributário" das empresas, a partir de dados estatísticos. O mais recente ano analisado é o de 2019.

O chamado "gap de receita" do Simples - valor não declarado em proporção à receita esperada - tem ficado em 32%, variando a casa decimal nos anos de 2017 a 2019. "Hipoteticamente equivaleria afirmar que de cada três empresas do Simples Nacional uma não declara qualquer atividade à Receita", diz o Fisco.

Segundo o estudo, o percentual aponta a existência de "um elevado nível de omissão de receita entre as pequenas empresas", por três principais fatores: tributação fortemente concentrada na receita ao invés do lucro, o que faz com que a evasão fiscal se concentre na omissão de faturamento; maior nível de informalidade nas vendas; e dificuldade de planejamentos tributários mais sofisticados.

"Por serem empresas com maior informalidade, há a presença de "faturamento ou recebimento por fora" [sem nota fiscal], não contabilização de receitas, acerto de contas com fornecedores e clientes sem o trânsito financeiro ou reconhecimento contábil, dentre outras modalidades para sonegar o montante de receita a ser oferecido à tributação", explica Leonardo Freitas de Moraes e Castro, sócio do escritório VBD Advogados.

Ademais, acrescenta, "por terem clientes menores, na ponta final da cadeia produtiva, isso dificulta a fiscalização e não incentiva o recolhimento e declaração de **tributos** de forma completa e correta".

Ainda segundo o estudo, os "gaps de receita" do Simples são mais expressivos no comércio (45% do gap total) e serviços (28%), em valores absolutos. Isso se explica pela grande quantidade de empresas que compõem esses setores, representando mais de 50% do total de negócios optantes do regime em 2019.

O governo criou, em junho deste ano, um grupo de trabalho para propor aperfeiçoamentos no Simples, mas os resultados ainda não foram divulgados.

O ministro do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, Márcio França, afirmou na semana passada que estuda propor mudanças no Simples Nacional, como tetos de acordo com o rendimento, e não um único limite, como atualmente. A proposta precisará ser aprovada pelo Congresso.

Em relação à omissão de receita, os técnicos do Fisco sugerem a implementação de uma auditoria aleatória às empresas do Simples, com periodicidade trianual. Hoje, tais empresas são submetidas à auditoria dentro do programa já existente de seleção fiscal da Receita, porém a cobertura nesse segmento é bastante baixa.

Em nota, a **Receita Federal** diz que o estudo será "devidamente analisado pela área para avaliação quanto aos procedimentos que se façam necessários para comprovação ou não desse levantamento". E acrescenta que, "no tocante ao Simples, a **Receita Federal** tem investido na identificação de inconsistências por batimentos eletrônicos abrangentes e posterior comunicação direta ao contribuinte para que se regularize".

Arthur Barreto, advogado tributarista sócio do DSA Advogados, diz que a auditoria aleatória pode sim reduzir o "gap tributário", mas destaca ser necessário diferenciar "os contribuintes que maliciosamente deixam de cumprir suas obrigações tributárias daqueles que têm alguma dificuldade de fazê-lo".

Eduardo Maciel, sócio especialista do escritório MFBD Advogados, pondera que o Simples tem problemas que induzem à sonegação, como: progressividade da alíquota conforme o aumento do faturamento; e falta de atualização da tabela anualmente.

Procurado pelo Valor, o Ministério do

Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte não deu retorno até o fechamento da edição.

"Há a presença de faturamento ou recebimento por fora [sem nota fiscal]" Leonardo Castro

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187732?>

# Análise: deputados cozinham vetos de Lula em fogo brando

Luiz Carlos Azedo

+

Com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), em Dubai, onde participou de evento promovido pela Confederação Nacional da Indústria, parlamentares da oposição e da base, principalmente a bancada do agronegócio, cozinham em fogo brando a derrubada de vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelo Congresso, em sessão que seria realizada hoje, mas foi adiada para o dia 14, devido ao quórum baixo. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que também estava em Dubai, na comitiva presidencial, já deu sinal verde para essa invertida política no governo.

É pedra cantada que o Executivo não terá votos suficientes para manter os vetos de Lula à desoneração da folha de pagamento, ao marco temporal das terras indígenas e quilombolas, ao novo arcabouço fiscal e ao "in dubio pro reo" nas votações do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**. Ontem, os restaurantes de Brasília estavam lotados de lobistas interessados na derrubada dos vetos. Reverter a pressão dos setores empresariais é uma espécie de missão impossível para o ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha.

Dos quatro temas, dois são vitais para aumentar o poder de arrecadação do governo. Um é a desoneração da folha de pagamentos, que, segundo a equipe econômica, pode representar 0,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**). O veto integral de Lula surpreendeu o Congresso e gerou forte reação dos agentes econômicos. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, havia anunciado que apresentaria uma proposta para compensar os setores que se sentem prejudicados, mas para isso depende ainda da aprovação da **reforma tributária**.

Outro assunto vital para a política econômica é voto de Minerva no **Carf**, que faz parte do acordo de Haddad com o Lira. Para o governo, desempatar os julgamentos do **Carf** é um ovo de Colombo. O presidente do **Carf**, Carlos Higino, estima que o órgão deverá julgar questões fiscais que podem representar entre R\$ 500 bilhões e R\$ 800 bilhões até o final de 2024. Sem o voto de Minerva, é mais difícil zerar o deficit primário.

Julgamentos do **Carf** geram uma arrecadação de 10%

aos cofres do Tesouro Nacional. Assim, para cumprir a meta de arrecadar os R\$ 54,7 bilhões, estabelecida pelo Ministério da Fazenda, o órgão precisaria julgar R\$ 540 bilhões no próximo ano, o que está abaixo das projeções com a regra atual.

Corrida contra o tempo

O Congresso também corre contra o tempo na questão da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), cujo impasse foi agravado pela proposta de aumentar o Fundo Eleitoral de 2024 para R\$ 5 bilhões, obtidos por meio do remanejamento de verbas destinadas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O Congresso tem até 21 de dezembro para aprovar o Orçamento de 2024.

Em Dubai, Lira não tratou de nenhum desses assuntos. Focou sua participação na "agenda verde", que conjuga metas de descarbonização, transição energética, redução de emissões e manejo sustentável dos recursos naturais. Lira destacou a aprovação da Política Nacional do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono e o aproveitamento do potencial energético offshore.

O hidrogênio verde pode ser usado como insumo das indústrias de fertilizantes, cimento e petroquímica, além de combustível para veículos como navios e aviões, em substituição a combustíveis fósseis. Um marco legal para a produção e uso do hidrogênio verde, considerado "o combustível do futuro", é estratégico para os esforços de redução das emissões de gases do aquecimento global. Há outras propostas em tramitação na Câmara, cuja aprovação Lira pretende acelerar, como a criação do mercado de créditos de carbono e regulamentação da destinação do lítio.

Mas enquanto Lira vendia seu peixe em Dubai, em Brasília os deputados se articulam para aumentar o Fundo Eleitoral para R\$ 5 bilhões. Entretanto, não têm apoio dos senadores, que querem apenas uma correção inflacionária do fundo de 2022, quando houve eleições municipais, de R\$ 2 bilhões para R\$ 2,5 bilhões.

Além desse embate, existem divergências sobre a origem dos recursos para esse aumento do Fundo Eleitoral. O governo quer que os recursos saiam das

emendas de bancada, que somam R\$ 17,5 bilhões, mas a maioria dos deputados pretende remanejar esses recursos retirando-os das obras do PAC e de alguns ministérios, como Saúde, Educação e Defesa. O relator da LDO, Danilo Forte (União- CE), promete apresentar seu relatório final hoje.

Dê a sua opinião! O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores pelo e-mail [sredat.df@dabr.com.br](mailto:sredat.df@dabr.com.br)

**Site:**

**<http://www.correio braziliense.com.br/politica/2023/12/6666376-analise-deputados-cozinham-vetos-de-lula-em-fogo-brando.html>**

# Sem acordo para manter vetos, governo consegue adiar mais uma sessão do Congresso

Sem conseguir chegar a um acordo para manter vetos importantes à pauta econômica do governo, líderes do governo decidiram adiar por mais uma vez a sessão do Congresso que estava prevista para ser realizada nesta quinta-feira, 7. A reunião agora deve ficar para a próxima semana, mas desde que haja consenso para a votação.

Os principais pontos de divergência são os vetos ao projeto do novo arcabouço fiscal, do que trata do Conselho de Administrativo de Recursos Fiscais (**Carf**) e ao projeto sobre desoneração da folha de pagamento.

- Nós pedimos ao presidente (Pacheco) um tempo, até quinta-feira, para a Fazenda buscar um entendimento, uma mediação - afirmou o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

Apesar da expectativa de um acordo, o clima entre governo e o Congresso voltou ficar tenso nesta semana após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva comparar parlamentares ligados ao agronegócio a uma "raposa cuidando do galinheiro".

O grupo, que reúne mais de 300 deputados e senadores, tem sido uma pedra no sapato do petista no Legislativo e promete se alinhar à oposição para impor novas derrotas ao Palácio do Planalto.

O governo, no entanto, já contabiliza uma derrota no projeto do marco temporal para a demarcação de terras indígenas, tema caro à esquerda, com a derrubada dos vetos **impostos** pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao texto. O Palácio do Planalto dá como certo este revés e aposta no Supremo Tribunal Federal (STF) para barrar a tese, já considerada inconstitucional pela Corte.

Nesta quarta-feira, 6, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, desistiu de ir à reunião do Mercosul no Rio de Janeiro. O titular da equipe econômica ficou em Brasília, acompanhando as negociações de propostas de aumento de arrecadação e ajuste fiscal, em tramitação no Congresso.

**Site:**

***<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/12/07/sem-acordo-para-manter-vetos-governo-consegue-adiar-mais-uma-sessao-do-congresso.shtml>***

# Desenrola perde força, e programa será prorrogado por mais 3 meses

**MARIANA CARNEIRO BRASÍLIA | COLABOROU  
FERNANDA TRISOTTO**

O Ministério da Fazenda pretende estender por mais três meses o programa Desenrola, de renegociação de dívidas de até R\$ 20 mil de pessoas físicas.

O programa vence no fim deste mês. Após dois meses, a segunda fase do programa, mais focada na baixa renda, mobilizou menos pessoas do que na primeira, apesar dos incentivos do governo e da cobrança limitada na taxa de juros.

Enquanto na primeira fase foram atendidas 9,7 milhões de pessoas, na segunda etapa, iniciada em outubro, o número de beneficiados não passa de 1 milhão. Dessa maneira, o governo vai editar uma medida provisória (MP), provavelmente na próxima semana, estendendo o prazo de vigência até o fim de março de 2024 e rebaixando os requisitos para adesão ao programa.

Neste momento, apenas usuários com cadastro ouro ou prata no aplicativo gov.br podem fazer renegociações de dívidas. O governo negocia com as instituições bancárias baixar essa trava, uma vez que a mudança implicará um menor controle no cadastro dos beneficiados.

Usuários padrão ouro ou prata têm suas informações cadastrais validadas também pelas instituições financeiras por meio de confirmação no internet banking. No caso do padrão ouro, os usuários fazem até a assinatura digital de documentos.

Até o momento, foram renegociados R\$ 29 bilhões em dívidas. Na segunda fase, novamente, ocorreu a menor parte das operações em valores: R\$ 5 bilhões. Na segunda etapa, a taxa máxima de juros que pode ser cobrada é de 1,99% ao mês.

**MAIOR PÚBLICO.** A mudança tem potencial de aumentar o público-alvo. Pelos dados coletados pelo governo até agora, 40% do número potencial de atendidos está na faixa bronze do gov.br, ou seja, têm dados validados pela **Receita Federal** e **INSS**.

Ainda que a adesão ao Desenrola tenha sido menor na segunda fase do programa, o secretário de reformas econômicas do Ministério da Fazenda,

Marcos Pinto, afirma que a avaliação do governo é positiva.

"O que a gente precisa é de mais tempo para que as pessoas cheguem à plataforma, saibam do programa e possam acessá-la", disse ele, em entrevista coletiva ontem.

Em termos de valores, os serviços financeiros concentraram a maioria das renegociações do Desenrola, com R\$ 3,3 bilhões (mais informações nesta página).

Conforme o Ministério da Fazenda, foram realizadas renegociações em 5.491 cidades de todo o País. O Estado de São Paulo concentrou a maioria delas, com 244.044, ou 24% do total. Em seguida, vêm o Rio, com 111.541 renegociações (11%), e Minas Gerais, com 80.255 (8%).

Dos R\$ 8 bilhões reservados pelo governo no Fundo Garantidor de Operações (FGO) para o Desenrola destinado a pessoas físicas que ganham até dois salários mínimos, só 10% foram utilizados. Os recursos são compartilhados com o Pronampe, programa de empréstimos que atende a pequenas empresas.

A intenção do governo é manter a plataforma de renegociação que aproxima interessados em limpar o nome, ainda que os recursos públicos empregados na renegociação de dívidas sejam extintos no futuro.

A avaliação de Marcos Pinto é de que a criação do sistema já é uma experiência bem-sucedida, uma vez que reúne em um único portal todas as dívidas do usuário e também credores.

**RENEGOCIAÇÕES.** Adriano Pahoor, representante da B3, que administra a plataforma de renegociação de dívidas, apresentou, durante divulgação do balanço do Desenrola, casos com maiores descontos ou melhores condições.

Em um deles, uma dívida de R\$ 75,5 mil, em sete contratos, que foi quitada por R\$ 15,5 mil à vista. Em outro, um débito de R\$ 17,9 mil foi renegociado para R\$ 5,3 mil, parcelado em 59 vezes com juros mensais de 1,49%. Houve também um caso de desconto de 98,6% e a dívida foi quitada por R\$ 10,91. Em outra

operação, a pessoa tinha um débito de R\$ 2.254,04 e R\$ 8 milhões  
obteve desconto de 95,79%, pagando R\$ 94,93.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Raio x

Os números das duas fases do Desenrola

Fase 1 (julho)

9,7 milhões de pessoas atendidas, sendo 7 milhões  
com a renegociação automática de dívidas de até R\$  
100 e 2,7 milhões em outras dívidas

R\$ 24 bilhões em dívidas renegociadas

Fase 2 (outubro até agora)

R\$ 5 bilhões em dívidas renegociadas

21% dos valores que entraram em renegociação foram  
quitados à vista

79% foram parcelados

Ranking dos setores com mais renegociações (em  
valores)

Serviços financeiros

R\$ 3,3 bilhões

Securizadoras

R\$ 513 milhões

Comércio

R\$ 213 milhões

Contas de luz

R\$ 143 milhões

Demais Setores (Construtoras / Locadora de Veículos  
/ Cooperativas)

R\$ 43 milhões

Educação

R\$ 53 milhões

Contas de telefone

R\$ 28 milhões

Contas de água

# Oito cadeiras na dança

**JENIFFER GULARTE**

A indicação de Flávio Dino ao Supremo Tribunal Federal (STF), as eleições municipais e insatisfações com integrantes do primeiro escalão pressionam o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a antecipar as discussões sobre uma possível **reforma ministerial**, no início de 2024. Além do Ministério da Justiça, a dança das cadeiras pode envolver ao menos sete pastas. Segundo auxiliares próximos ao petista, um dos planos dele é encontrar um lugar na Esplanada para a atual comandante do PT, a deputada Gleisi Hoffmann (PR).

Na lista de ministros que podem cair estão Luciana Santos, da Ciência e Tecnologia, Juscelino Filho (Comunicações), Wellington Dias (Desenvolvimento Social), Silvio Almeida (Direitos Humanos), José Múcio (Defesa), Rui Costa (Casa Civil) e Mareio Macedo (Secretaria-geral), além do próprio Flávio Dino.

Filiada ao PCdoB, partido com apenas sete deputados na Câmara, Luciana quase foi substituída no meio do ano para abrir espaço ao Centrão. A ministra já demonstrou intenção de disputar a prefeitura de Olinda (PE) no ano que vem, motivo pelo qual sua saída pode ser antecipada. Integrantes do ministério afirmam que ela não gostaria de deixar o posto, mas ponderam ser natural a lembrança de seu nome para disputar o comando da cidade pernambucana. Ela foi prefeita de Olinda por duas vezes.

Uma das situações mais delicadas é a de Juscelino Filho. Alvo de investigações da Polícia Federal no Maranhão, o titular das Comunicações se mantém no cargo especialmente pela influência do senador Davi Alcolumbre (União-AP) no Palácio do Planalto e por contar com a solidariedade da bancada de seu partido na Câmara. Deputado licenciado, ele é suspeito de desvio de dinheiro público por meio de emenda parlamentar.

Embora parte do PT pressione Lula pela troca, auxiliares palacianos afirmam que o presidente só mexerá em Juscelino se o próprio União Brasil concordar. Integrantes da legenda, entretanto, admitem a possibilidade de substituí-lo pelo deputado Paulo Azi (União-BA), sondado para a cadeira durante a transição.

**FATOR BOLSAFAMÍLIA**

Wellington Dias (Desenvolvimento Social) e Silvio

Almeida (Direitos Humanos) também correm risco. Os dois já tiveram seus nomes avaliados por Lula, em setembro, quando ele selou a entrada de PP e Republicanos no governo. Aliados consideram que os ministérios de Dias e Almeida geram menos pautas positivas ao governo do que poderiam.

Titular de um dos postos mais sensíveis da Esplanada, o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, é outro citado nas conversas sobre possíveis saídas. Ele já indicou a aliados não ter a intenção de ficar no cargo durante os quatro anos de governo, devido à idade, 75 anos, e ao desejo de se dedicar à família.

Como mostrou a colunista Bela Megale, do GLOBO, hoje o nome do governo que tem aprovação ampla dos militares para suceder Múcio é o do vice-presidente, Geraldo Alckmin. Neste caso, Lula abriria uma vaga no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, comandado por Alckmin.

A presença de Rui Costa à frente da Casa Civil incomoda aliados, sobretudo do Congresso, desde a transição. A eventual demissão do homem forte de Lula no governo, porém, é vista como improvável pelo círculo próximo do presidente. O entorno do ministro atribui a fritura a alas do próprio PT incomodadas com sua influência sobre o presidente.

Para alçar Gleisi a uma cadeira da Esplanada, Lula avalia o próprio Ministério da Justiça. Auxiliares do presidente dizem que ele pretende nomear o novo titular da cadeira assim que Dino deixá-la. Por ter a Polícia Federal sob seu guarda-chuva, o ministério é visto como um "fio desencapado", com possibilidade de causar problemas ao Palácio do Planalto.

A ideia de tomar Gleisi ministra passa pela percepção de Lula de que a parlamentar enfrentou um longo e desgastante período comandando o partido. O presidente já mencionou em discursos o fato de ela ter cumprido uma tarefa difícil de chefiar a legenda não só enquanto ele esteve preso em Curitiba, mas também durante a campanha eleitoral de 2022, quando ajudou a costurar alianças que sustentaram a vitória do petista.

Também pesa o fator de Gleisi ser alguém da confiança de Lula - embora não seja ministra, ela integra o círculo próximo de conselheiros do presidente - e do peso político da deputada para defender o governo publicamente.

A petista, contudo, não corre sozinha no páreo para suceder Dino. Entre os demais cotados estão o secretário-executivo, Ricardo Cappelli; o ex-ministro do Supremo Ricardo Lewandowski; a ministra do Planejamento, Simone Tebet, o ministro da Advocacia-Geral da União (AGU), Jorge Messias; e o advogado Marco Aurélio de Carvalho, do grupo Prerrogativas.

Assim, Lula também trabalha com outras duas possibilidades para abrigar Gleisi. A Secretária-geral, hoje ocupada por Márcio Macêdo, e o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), de Wellington Dias, ambos petistas.

Caso fique com a cadeira de Macêdo, Gleisi passaria a integrar a chamada "cozinha" do Planalto, despachando com Lula diariamente e podendo ter o mesmo poder de influência hoje exercidos pelos ministros Rui Costa e Alexandre Padilha (Relações Institucionais). Devido a esse cenário, a ida da petista para a Secretária-geral não é unanimidade no entorno do presidente.

Já a possibilidade de Gleisi assumir o Ministério do Desenvolvimento Social tem sido vista por auxiliares de Lula como chance de dar mais peso político ao ministério responsável pelo Bolsa Família, principal política pública do governo.

Tanto Macêdo quanto Dias poderiam comandar o PT na hipótese de saída de Gleisi da chefia da sigla. O atual ministro da Secretária-geral aparece como possível candidato à prefeitura de Aracaju, o que poderia facilitar a decisão de Lula sobre incluí-lo na reforma.

## ESPAÇO A PARTIDOS

No Congresso, parlamentares avaliam que uma nova **reforma ministerial** ajudará o governo a ampliar sua base aliada, ainda difusa tanto na Câmara quanto no Senado. Integrantes do Centrão afirmam que, diante desse cenário, consideram que o petista não deve reduzir a participação de partidos na Esplanada e veem com descrédito a possibilidade de Gleisi assumir a Justiça no lugar de Dino, que é filiado ao PSB.

Uma ala do PSB acredita que a legenda merece ainda uma nova pasta caso perca a Justiça ou uma estrutura maior do que a que foi entregue ao ministro Márcio França, após seu deslocamento do Portos e Aeroportos para o Ministério da Microempresa. (Colaborou Camila Turtelli)

## POSTOS NA MIRA

Ministros cotados para deixar o governo

Flávio Dino (Justiça)

Indicado pelo presidente Lula para o Supremo Tribunal Federal (STF). Ainda precisa ser aprovado pelo Senado.

Luciana Santos (Ciência e Tecnologia)

É pré-candidata à prefeitura de Olinda (PE) nas eleições do ano que vem.

Embora parte do PT pressione Lula pela troca, auxiliares palacianos afirmam que o presidente só mexerá em Juscelino se o próprio União Brasil concordar. Integrantes da legenda, entretanto, admitem a possibilidade de substituí-lo pelo deputado Paulo Azi (União-BA), sondado para a cadeira durante a transição.

José Múcio (Defesa)

Já indicou a aliados que não tem a intenção de ficar no cargo durante os quatro anos do governo.

Wellington Dias (Desenvolvimento Social)

Teve seu nome avaliado na última reforma promovida por Lula, em setembro, para abrigar o Centrão.

Márcio Macêdo (Secretaria Geral)

Abriria espaço na Esplanada para a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, e é cotado para disputar a prefeitura de Aracaju.

Rui Costa (Casa Civil)

Atuação do ministro incomoda aliados, sobretudo do Congresso, desde o governo de transição.

Silvio Almeida (Direitos Humanos)

Sofre crítica de aliados por não dar protagonismo a ministério que poderia gerar agendas positivas para o presidente.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Vaga no STF, eleições e insatisfações pressionam Planalto a fazer reforma ministerial

A indicação de Flávio Dino ao Supremo Tribunal Federal (STF), as eleições municipais e insatisfações com integrantes do primeiro escalão pressionam o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a antecipar as discussões sobre uma possível **reforma ministerial**, no início de 2024. Além do Ministério da Justiça, a dança das cadeiras pode envolver ao menos sete pastas. Segundo auxiliares próximos ao petista, um dos planos dele é encontrar um lugar na Esplanada para a atual comandante do PT, a deputada Gleisi Hoffmann (PR).

Na lista de ministros que podem cair estão Luciana Santos, da Ciência e Tecnologia, Juscelino Filho (Comunicações), Wellington Dias (Desenvolvimento Social), Silvío Almeida (Direitos Humanos), José Múcio (Defesa), Rui Costa (Casa Civil) e Marcio Macêdo (Secretaria-geral), além de Flávio Dino.

Filiada ao PCdoB, partido com apenas sete deputados na Câmara, Luciana quase foi substituída no meio do ano para abrir espaço ao Centrão. A ministra já demonstrou intenção de disputar a prefeitura de Olinda (PE) no ano que vem, motivo pelo qual sua saída pode ser antecipada. Integrantes do ministério afirmam que ela não gostaria de deixar o posto, mas ponderam ser natural a lembrança de seu nome para disputar o comando da cidade pernambucana. Ela foi prefeita de Olinda por duas vezes.

Uma das situações mais delicadas é a de Juscelino Filho. Alvo de investigações da Polícia Federal no Maranhão, o titular das Comunicações se mantém no cargo especialmente pela influência do senador Davi Alcolumbre (União-AP) no Palácio do Planalto e por contar com a solidariedade da bancada de seu partido na Câmara. Deputado licenciado, ele é suspeito de desvio de dinheiro público por meio de emenda parlamentar.

Embora parte do PT pressione Lula pela troca, auxiliares palacianos afirmam que o presidente só mexerá em Juscelino se o próprio União Brasil concordar. Integrantes da legenda, entretanto, admitem a possibilidade de substituí-lo pelo deputado Paulo Azi (União-BA), sondado para a cadeira durante a transição.

## Fator Bolsa Família

Wellington Dias (Desenvolvimento Social) e Silvío Almeida (Direitos Humanos) também correm risco. Os dois já tiveram seus nomes avaliados por Lula, em setembro, quando ele selou a entrada de PP e Republicanos no governo. Aliados consideram que os ministérios de Dias e Almeida geram menos pautas positivas ao governo do que poderiam.

Titular de um dos postos mais sensíveis da Esplanada, o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, é outro citado nas conversas sobre possíveis saídas. Ele já indicou a aliados não ter a intenção de ficar no cargo durante os quatro anos de governo, devido à idade, 75 anos, e ao desejo de se dedicar à família.

Como mostrou a colunista Bela Megale, do GLOBO, hoje o nome do governo que tem aprovação ampla dos militares para suceder Múcio é o do vice-presidente, Geraldo Alckmin. Neste caso, Lula abriria uma vaga no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, comandado por Alckmin.

A presença de Rui Costa à frente da Casa Civil incomoda aliados, sobretudo do Congresso, desde a transição. A eventual demissão do homem forte de Lula no governo, porém, é vista como improvável pelo círculo próximo do presidente. O entorno do ministro atribui a fritura a alas do próprio PT incomodadas com sua influência sobre o presidente.

Para alçar Gleisi a uma cadeira da Esplanada, Lula avalia o próprio Ministério da Justiça. Auxiliares do presidente dizem que ele pretende nomear o novo titular da cadeira assim que Dino deixá-la. Por ter a Polícia Federal sob seu guarda-chuva, o ministério é visto como um "fio desencapado", com possibilidade de causar problemas ao Palácio do Planalto.

A ideia de tornar Gleisi ministra passa pela percepção de Lula de que a parlamentar enfrentou um longo e desgastante período comandando o partido. O presidente já mencionou em discursos o fato de ela ter cumprido uma tarefa difícil de chefiar a legenda não só enquanto ele esteve preso em Curitiba, mas também

durante a campanha eleitoral de 2022, quando ajudou a costurar alianças que sustentaram a vitória do petista.

Também pesa o fator de Gleisi ser alguém da confiança de Lula - embora não seja ministra, ela integra o círculo próximo de conselheiros do presidente - e do peso político da deputada para defender o governo publicamente.

A petista, contudo, não corre sozinha no páreo para suceder Dino. Entre os demais cotados estão o secretário-executivo, Ricardo Cappelli; o ex-ministro do Supremo Ricardo Lewandowski; a ministra do Planejamento, Simone Tebet, o ministro da Advocacia-Geral da União (AGU), Jorge Messias; e o advogado Marco Aurélio de Carvalho, do grupo Prerrogativas.

Assim, Lula também trabalha com outras duas possibilidades para abrigar Gleisi. A Secretaria-Geral, hoje ocupada por Márcio Macêdo, e o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), de Wellington Dias, ambos petistas.

Caso fique com a cadeira de Macêdo, Gleisi passaria a integrar a chamada "cozinha" do Planalto, despachando com Lula diariamente e podendo ter o mesmo poder de influência hoje exercidos pelos ministros Rui Costa e Alexandre Padilha (Relações Institucionais). Devido a esse cenário, a ida da petista para a Secretaria-Geral não é unanimidade no entorno do presidente.

Já a possibilidade de Gleisi assumir o Ministério do Desenvolvimento Social tem sido vista por auxiliares de Lula como chance de dar mais peso político ao ministério responsável pelo Bolsa Família, principal política pública do governo.

Tanto Macêdo quanto Dias poderiam comandar o PT na hipótese de saída de Gleisi da chefia da sigla. O atual ministro da Secretaria-Geral aparece como possível candidato à prefeitura de Aracaju, o que poderia facilitar a decisão de Lula sobre incluí-lo na reforma.

Espaço a partidos

No Congresso, parlamentares avaliam que uma nova **reforma ministerial** ajudará o governo a ampliar sua base aliada, ainda difusa tanto na Câmara quanto no Senado. Integrantes do Centrão afirmam que, diante desse cenário, consideram que o petista não deve reduzir a participação de partidos na Esplanada e veem com descrédito a possibilidade de Gleisi assumir a Justiça no lugar de Dino, que é filiado ao PSB.

Uma ala do PSB acredita que a legenda merece ainda

uma nova pasta caso perca a Justiça ou uma estrutura maior do que a que foi entregue ao ministro Márcio França, após seu deslocamento do Portos e Aeroportos para o Ministério da Microempresa.

(Colaborou Camila Turtelli)

**Site:**

**<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/12/07/vaga-no-stf-eleicoes-e-insatisfacoes-pressionam-planalto-a-fazer-reforma-ministerial.ghtml>**

# Uma ilusão e uma oportunidade (Artigo)

**Arminio Fraga**

Déficit zero e **PIB** potencial são termos frequentes no noticiário. Ambos se prestam a confusão. Um para melhor, outro para pior. Vejamos.

O governo definiu como meta zerar o déficit primário no ano que vem. Com jeitinho, muitas autoridades vêm omitindo o sobrenome da criatura, referindo-se apenas à meta de déficit zero. Acontece que, tratando-se do resultado primário, ele não inclui na conta o pagamento de juros. Quando se inclui (aqui em termos reais), aparece um déficit público bastante elevado, em torno de 4,5% do **PIB**.

Fica claro, portanto, que o governo planeja tomar dinheiro emprestado para pagar juros. Pode até funcionar com crescimento alto e juros baixos, mas não é o caso no Brasil.

Na verdade, mesmo que a trajetória de metas crescentes para o resultado primário seja cumprida, o que parece improvável, a razão dívida/**PIB** seguirá aumentando. Isso sobrecarrega o Banco Central e, assim, pressiona para cima as taxas de juros. O arcabouço fiscal foi um primeiro passo na direção certa. Mas, desde então, os sinais têm sido na direção oposta. Nesse contexto, o embargo ora em vigor ao ajuste do gasto público representa um colossal erro de política macroeconômica.

Tudo ficaria mais fácil se fosse possível elevar de maneira sustentada a taxa de crescimento da economia. Entra em cena aqui o **PIB** potencial. O termo é usado em discussões conjunturais como uma espécie de limite de velocidade para o crescimento da economia, a partir do qual surgem pressões inflacionárias. Tal ocorre porque a resposta da oferta de bens e serviços a um aumento da demanda é lenta, especialmente no curto prazo. Hoje, estima-se que esse limite não passe de 1,5% ao ano. Mas trata-se de uma estimativa para o Brasil tal qual está hoje.

Não se trata, portanto, de uma característica imutável. Em praticamente todas as áreas da economia, a produtividade pode aumentar. Por exemplo: na educação, na eficiência do próprio Estado, na redução da informalidade do emprego, na viabilização de mais oportunidades para as pessoas e para as empresas.

Alguns passos importantes foram dados nos últimos anos, como as reformas previdenciária, trabalhista, o marco do saneamento e, em breve, a **reforma**

**tributária**. Claramente há espaço para esperança.

Se for possível perseverar nesse caminho, e evitar erros do passado -quando se apostou numa estratégia fiscalmente irresponsável, intervencionista e dirigista -, o **PIB** potencial aumentaria, os juros cairiam, e a economia poderia acelerar sem medo de derrapar e sair da pista. Não parece ser o caso ainda.

Tudo ficaria mais fácil se fosse possível elevar de maneira sustentada a taxa de crescimento da economia

Arminio Fraga, economista, foi presidente do Banco Central

**Notícias Relacionadas:**

O GLOBO ONLINE - RJ  
Uma ilusão e uma oportunidade

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# A Hidra tributária (Artigo)

**Felipe Salto**

Felipe Salto ECONOMISTA-CHEFE E SÓCIO DA WARREN INVESTIMENTOS, FOI SECRETÁRIO DA FAZENDA E PLANEJAMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO E O PRIMEIRO DIRETOR-EXECUTIVO DA IFI

A história da **reforma tributária** é, na verdade, uma espécie de novela mexicana, com final trágico, mas conhecido desde o primeiro capítulo. Desperdiçou-se uma oportunidade para reformar o ICMS, o nosso Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) estadual. Melhor seria ter avançado em pontos fulcrais, escolhidos a dedo, a promover uma reviravolta no capítulo tributário da Constituição.

A **reforma tributária** prometia a simplificação, a manutenção da carga tributária, a não cumulatividade plena, o fim da guerra fiscal e a concentração da tributação no destino das operações. Nada disso ocorrerá, como tenho mostrado neste espaço.

O IBS, imposto a combinar o ICMS e o ISS, surgirá em 2026, com alíquota de 0,1%, mas sem qualquer alteração nos **tributos** antigos. A transição começará em 2029 e se encerrará em 2032. As alíquotas dos antigos **impostos** diminuirão 10% ao ano e a do IBS subirá proporcionalmente.

Assim, em 31 de dezembro de 2032, as alíquotas do ICMS ainda corresponderão a 60% das atuais. Vamos entender: seria preciso derrubá-las de 60% a zero, da noite para o dia. Convenhamos, não vai acontecer. A mesma pressão que empurrou a transição para longe do horizonte conhecido se fará presente.

O ideal seria apresentar um projeto de resolução do Senado que extinguisse as chamadas alíquotas interestaduais do ICMS. Este seria o caminho para encerrar a nefasta guerra fiscal, que danifica a estrutura econômica do País e destrói a arrecadação.

"Ah, mas custaria caro", dizem.

Vamos ver quanto vai custar a PEC 45, sem contar as distorções injetadas no texto?

Estas, aliás, que vão se multiplicar, feito as cabeças da Hidra de Hércules, nas leis complementares e no próprio regulamento do IBS.

Trata-se de uma fábula de dinheiro público. Serão R\$

60 bilhões ao ano, para sempre, mas começando com R\$ 8 bilhões, já em 2025, aportados no fundo de compensações.

De 2025 a 2043, uma bagatela de R\$ 790 bilhões. Para quê? Para aprovar uma quimera, uma promessa de tributação no destino (consumo final) das operações interestaduais, em 2033, com transição da partilha dos recursos integralmente pelo destino concluída apenas em 2078.

Para ter claro, vamos adotar um sistema mais complexo, por dez anos, acreditando que, em 2033, "tudo vai mudar". Criemse **impostos**, como o chamado "Seletivo" e a Cide especial para proteger a Zona Franca de Manaus, além do novo tributo estadual, a substituir os atuais fundos mantidos por alguns Estados, que na verdade são adicionais de ICMS escondidos.

No regime do IBS, a sistemática de devolução de créditos tributários, a arrecadação, a regulamentação, a partilha dos recursos entre Estados e municípios e a resolução dos conflitos entre Fisco e contribuintes ficará a cargo do Comitê Gestor.

O comitê já foi chamado de Conselho Federativo e, na versão mais fidedigna, de Agência Centralizadora. É o que será: um órgão político a centralizar todas as decisões do principal tributo do País. Esqueçam a Federação como é hoje conhecida.

Tudo ficará na mão de 54 pessoas reunidas numa sala em Brasília, financiadas por 0,1% do IBS, algo como R\$ 1,5 bilhão ao ano.

A guerra fiscal persistirá, ao menos até 2032, com benefícios sendo aprovados pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), como ocorre hoje, já sob a vigência da Lei Complementar 160/2017 (Lei da Convalidação dos Benefícios Fiscais). Pior, haverá uma chuva de recursos federais para novos modelos de incentivos e benefícios via orçamento.

A cumulatividade, por sua vez, não será resolvida pela promulgação da Emenda Constitucional derivada da PEC 45.

Hoje, o ICMS já prevê o abatimento, no imposto devido, do crédito gerado pela tributação sobre a compra de insumos no elo anterior. O critério é o físico, sim, e isso é um problema.

Mudemos para critério financeiro,oras.

Misturou-se a discussão do chamado crédito acumulado à do sistema de créditos e débitos tradicional do ICMS. O crédito acumulado é uma questão apartada.

Ele deriva de hipóteses legais como a desoneração das exportações.

Sabem qual será o destino dele, aliás, segundo a PEC 45? Será do tipo Casas Bahia: 240 parcelas para os Estados quitarem as eventuais dívidas com os contribuintes.

Agora, no IBS, promete-se devolução automática de tudo. Resultado?

Uma erosão dantesca na arrecadação dos Estados e dos municípios. Por isso a alíquota do IBS será muito maior do que se apregoa. Combinado com a CBS (a unificar PIS e Cofins), o IVA dual da PEC 45 vai atingir, pelos cálculos que fizemos na Warren Investimentos, 33,5%.

E, como o tema está longe de ser simples, a devolução automática é impraticável. Se posta em prática, vai estimular condutas fraudulentas, com emissão de notas contra o Comitê Gestor para garantir créditos e mais créditos. Vocês, contribuintes, pagarão a fatura dessa aventura.

Minha única esperança, neste momento, se divide em duas possibilidades: a Câmara dos Deputados pôr a mão na consciência e evitar a apreciação do texto nos dias que restam até o Natal ou, no caso de aprovação, uma contrarreforma; urgente, o quanto antes.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Reforma tributária deve ser votada na próxima semana, diz relator

Brasília

/  
Hellen Leite, do R7, em Brasília

O R7 está no WhatsApp, siga o nosso canal

RECORD

JORNALISMO

VARIÉDADES

Brasília | Hellen Leite, do R7, em Brasília

O relator da **reforma tributária** na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), disse nesta quarta-feira (6) que a votação do texto no plenário deve ocorrer na próxima semana. A intenção do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), é fazer um esforço concentrado entre os dias 11 e 15 de dezembro, com sessões todos os dias da semana, para votar as propostas que estão pendentes, como a **reforma tributária** e o Orçamento de 2024.

Ribeiro também disse que ainda avalia a retirada de exceções acrescentadas ao texto pelos senadores. Isso porque, durante a discussão no Senado, o número de produtos e serviços que podem ter tratamento favorecido foi ampliado para 42. A Câmara tinha dado o aval para 33 exceções à regra geral da reforma.

Clique aqui e receba as notícias do R7 no seu WhatsApp

Compartilhe esta notícia pelo WhatsApp

Compartilhe esta notícia pelo Telegram

Assine a newsletter R7 em Ponto

"Nosso entendimento é propor o que é melhor para o país. Vamos avaliar as exceções, e vai ser uma avaliação criteriosa. Tecnicamente, vamos ver o que é possível ser suprimido em termos de texto, incluindo as exceções, sem que isso comprometa a reforma", afirmou o relator. Ribeiro não adiantou quais das

exceções podem ser suprimidas do texto. "Tem coisas que a gente desejaria mudar, mas se não for possível e se for mudar a essência da reforma, paciência, vamos ter tempo para aprimorar no futuro", completou.

A declaração ocorreu antes da reunião de Ribeiro com o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos). Apesar do encontro às vésperas da votação, o relator afirmou que não há possibilidade de acrescentar sugestões ao texto. "Estamos em outra fase do debate." Até esta quinta (7), ele deve se reunir com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para alinhar os pontos divergentes.

O relator da proposta no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), acrescentou algumas hipóteses para o benefício da alíquota zero da CBS (Contribuição Sobre Bens e Serviços) e do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços). O primeiro imposto vai substituir os **impostos** federais PIS e Cofins, e o segundo vai substituir os atuais ICMS (estadual) e ISS (municipal).

Braga acrescentou, por exemplo, o benefício de alíquota zero de CBS e IBS a taxistas ou pessoas com deficiência que quiserem comprar carros. Ele também isentou medicamentos e dispositivos médicos.

A **reforma tributária** foi votada e aprovada pela Câmara no primeiro semestre do ano. No entanto, como foi modificada pelo Senado, precisa voltar à análise dos deputados. A intenção de Lira e Pacheco é que o texto seja promulgado ainda em 2023.

Carregando...

Brasília

Utilizamos cookies e tecnologia para aprimorar sua experiência de navegação de acordo com o Aviso de Privacidade .

Tenha à disposição toda a programação RecordTV e os conteúdos dos melhores canais em um só lugar.

**Site:** <https://noticias.r7.com/brasil/reforma-tributaria-deve-ser-votada-na-semana-que-vem-sinaliza-relator-06122023>

# Uruguai defende acordo bilateral com China na véspera de cúpula do Mercosul

**JÉSSICA PETROVNA**

O chanceler do Uruguai, Omar Paganini, defendeu ontem o direito de seu país assinar um acordo bilateral com a China, driblando as regras do Mercosul, que exigem negociações multilaterais e a aprovação de todos os membros do bloco.

Paganini vem aproveitando a cúpula do Rio de Janeiro, que começa hoje, para cobrar mais abertura do Mercosul. "Como já afirmamos, é essencial que o Uruguai garanta acesso preferencial às economias mais dinâmicas do mundo", disse o chanceler, ao afirmar que o bloco perdeu espaço com o avanço dos acordos bilaterais pelo mundo. "Queremos todo o Mercosul com a China. Mas, se o Uruguai puder avançar primeiro, acreditamos que também serve ao conjunto." A cúpula começa hoje, com o anfitrião Luiz Inácio Lula da Silva recebendo os presidentes Santiago Peña, do Paraguai, Luis Alberto Lacalle Pou, do Uruguai, Luis Arce, da Bolívia, e Alberto Fernández, da Argentina, no Museu do Amanhã, na região portuária do Rio - o último encontro com Fernández, que será substituído por Javier Milei, a partir do dia 10.

ACORDOS. A troca da guarda em Buenos Aires beneficia o Uruguai, já que Milei não tem simpatia pelo multilateralismo ou pelo Mercosul, tirando o conservador Lacalle Pou do isolamento dentro do bloco.

Montevidéu tem buscado acordos bilaterais para destravar o comércio, mas esbarra na Tarifa Externa Comum (TEC) sobre as importações.

Milei também criticou o bloco durante a campanha, mas deu sinais de moderação depois de eleito e sinalizou, por meio da futura chanceler, Diana Mondino, que tem interesse no acordo de livre-comércio com a União Europeia.

Lula vinha tentando acelerar a aprovação do acordo com a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, mas as declarações recentes do presidente da França, Emmanuel Macron, que chamou o texto "mal remendado", esfriaram o otimismo de diplomatas dos dois lados do Atlântico.

AVANÇOS. O vice-presidente do Brasil, Geraldo Alckmin, prometeu "resultados concretos" na cúpula.

Na reunião de ministros de ontem ele destacou os avanços das negociações e defendeu que a integração se faz no dia a dia, "não apenas com grandes gestos e acordos". "Haverá resultados concretos", disse Alckmin, ao citar o acordo com Cingapura. "Além disso, o Mercosul se expandirá com adesão da Bolívia, criando um espaço ainda mais significativo para integração regional."

Diplomacia

Governo do Uruguai tem buscado acordos bilaterais para destravar o comércio internacional

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Taxação ameaça a estreia da Shein na Bolsa americana

**ALINE BRONZATI CORRESPONDENTE NOVA YORK**

A ameaça de cobrança de **impostos** para itens de baixo valor nos Estados Unidos e no Brasil pode ser uma pedra no caminho da Shein, um dos maiores nomes da moda fashionista, para colocar os pés em Wall Street. A companhia acaba de entrar com um pedido confidencial para uma oferta pública inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) nos EUA, que pode envolver US\$ 90 bilhões, na maior abertura de capital esperada para 2024.

Enquanto isso, varejistas em diferentes países da Europa, nos EUA e no Brasil cobram regras mais duras para a taxação de produtos de baixo valor vendidos por plataformas estrangeiras.

A justificativa é a mesma: o avanço da varejista chinesa pelo mundo vendendo peças de US\$ 5 pode ser o caminho para a morte de negócios tradicionais e a destruição de empregos em seus respectivos países. No Brasil, toda a cadeia, incluindo a indústria e o varejo têxtil e de confecções, emprega 1,7 milhão de pessoas.

A Shein já ultrapassou marcas poderosas como Zara e H M. Além dela, sites como o chinês Temu, de baixo custo nos moldes do Aliexpress, têm crescido em larga escala nos EUA.

Como resposta à pressão do varejo, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva prometeu voltar a taxar produtos importados que custam menos de US\$ 50 até o fim do ano. O movimento ocorre na esteira da criação de um novo programa pela Receita, batizado de Remessa Conforme, e que estabelece uma nova forma de tributação de importação para empresas de comércio eletrônico cadastradas.

Aquelas que aderiram deixaram de ser taxadas.

"Há uma expectativa do varejo de uma decisão ainda no início de dezembro para que possa impactar positivamente o evento mais importante do varejo nacional que são as vendas de fim de ano, de Natal", diz o diretor executivo da Associação Brasileira do Varejo Têxtil (ABVTEX), Edmundo Lima, em entrevista ao Estadão/ Broadcast.

Na terça-feira, o vice-presidente Geraldo Alckmin disse

que o governo já tem uma solução de isonomia tributária pronta para ser aplicada e está à espera do retorno do presidente Lula da 28.ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP-28).

De acordo com estudo do Bradesco BBI, para que varejistas locais, como Renner, igualem a concorrência com a Shein, seria necessário um imposto de importação de 60%.

O cenário é considerado como "possível", mas não "provável" pelo banco. "O atual ambiente de preços/**impostos** já incorpora o pior cenário para os varejistas locais. Quanto mais alto e mais cedo (for implementado um imposto), melhor para os estoques de vestuário", dizem os analistas do Bradesco BBI.

CERCO. Nos EUA, o cerco também está se fechando. Tal como no Brasil, varejistas americanas fazem lobby por mudanças em uma antiga regra, conhecida como "de minimis".

Do latim, o termo é usado para se referir a algo pequeno demais para se preocupar. Em vigor há cerca de 100 anos, essa política permite que encomendas de até US\$ 800 (cerca de R\$ 3.920) entrem no país sem cobrança de **impostos**.

"O limite para remessas "de minimis" foi aumentado em 2015 de US\$ 200 para US\$ 800, e empresas como Temu e Shein foram beneficiadas, pois suas remessas diretas não estão sujeitas a tarifas", disse o Bank of America, em recente relatório a clientes.

O Congresso americano tem monitorado o assunto bem de perto, a exemplo do movimento que ocorre no Brasil.

"Acreditamos que o governo precisa usar sua autoridade executiva para tirar todos os envios de comércio eletrônico do tratamento "de minimis", disse a presidente do grupo, Kim Glas, em recente entrevista ao New York Times.

A Shein parte para o IPO após resultados recorde neste ano, segundo fontes em Wall Street. Depois de registrar US\$ 24 bilhões em vendas globais em 2022, a empresa indicou como meta receita de US\$ 60 bilhões em 2025, conforme reportagem do britânico

Financial Times.

Como comparação, a gigante do varejo americano Target prevê US\$ 108 bilhões em vendas no ano fiscal de 2024.

A questão tributária, porém, é considerada uma ameaça para os resultados futuros. O tema preocupa os investidores e deverá ser um dos pontos abordados durante a jornada da Shein para emplacar o seu IPO nos EUA, segundo especialistas ouvidos pelo Estadão/Broadcast.

Procurada, a Shein disse que não comenta assuntos relacionados ao IPO.

"Acreditamos que o governo precisa usar sua autoridade para tirar todos os envios de comércio eletrônico da regra do "de minimis" Kim Glass Líder do setor têxtil dos EUA

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Fazenda faz acordo para votar MP do ICMS, de R\$ 35 bi

**VICTORIA ABEL**

Depois de uma série de concessões, o Ministério da Fazenda conseguiu fechar um acordo com deputados e senadores para avançar com a medida provisória (MP) que aumenta a tributação de empresas que têm benefícios de ICMS para custeio.

A proposta que trata dos descontos do imposto estadual pode render mais de R\$ 35 bilhões no ano que vem, pelas contas iniciais da Fazenda. Essa é a principal medida do ministro Fernando Haddad em andamento para aumentar a arrecadação.

O governo, porém, precisou ceder e deu 80% de desconto nas dívidas de **tributos** federais das companhias. O mesmo texto também vai incluir mudanças nos Juros sobre Capital Próprio (JCP), modalidade de distribuição de lucros de acionistas em grandes empresas.

## SEM ACABAR, SÓ LIMITAR JCP

Esse tipo de remuneração distribuída aos acionistas permite o abatimento do valor do imposto pago pela empresa.

A ideia inicial do governo era aprovar um projeto de lei que acabaria com o JCP, com ganho de até R\$ 10 bilhões para os cofres públicos. Mas o Ministério da Fazenda já cedeu e topou apenas limitar a forma de distribuição de ganhos, de maneira a reduzir o planejamento tributário. Dessa forma, o impacto será menor, mas a previsão ainda não foi divulgada.

Os detalhes serão conhecidos no relatório do deputado Luiz Fernando Faria (PDT-CE), que disse que as concessões agradaram.

- Conversei com empresários. O setor aceitou a nova versão do governo.

A base do governo espera finalizar a votação da medida provisória até o fim da semana que vem. O presidente da comissão especial do Congresso Nacional que analisa a MP, senador Rogério Carvalho (PT-SE), disse que o relatório da matéria será apresentado hoje.

- Estamos discutindo o acordo para apresentar o

relatório amanhã (hoje). Se alguém pedir vista, devemos votar segunda-feira. Creio que votará na segunda. Se não, votamos na terça-feira, enviamos para a Câmara, que vai votar o mais rápido possível, e volta para o Senado. Tudo na semana que vem afirmou.

## DEFINIÇÃO DE CUSTEIO

A MP original retoma parte da tributação federal de grandes empresas que possuem benefícios fiscais de ICMS. A proposta regulamenta o fim de isenções fiscais em **impostos** federais (IRPJ, CSLL e PIS/Cofins) para atividades de custeio em empresas que possuem incentivos estaduais de ICMS. A comissão especial com deputados e senadores para a análise da proposta foi instalada na semana passada.

O texto inicial do governo

previa o pagamento total das dívidas tributárias acumuladas pelas empresas. Depois, na semana passada, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, aceitou dar um desconto de até 65% para o montante. No entanto, o Congresso insistiu e pediu para aumentar o abatimento para 80%.

A proposta do governo permite que as empresas continuem abatendo 25% do IRPJ sobre custos com investimentos, como compra de maquinário, terrenos e itens que se depreciam com o tempo. Aluguéis também serão considerados investimentos. Compra de matéria-prima e contratação de pessoal continuarão sendo consideradas custeio.

Os parlamentares ainda tentam acrescentar a devolução de CSLL para investimentos, mas a tendência é que o governo ganhe neste ponto.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Fazenda prevê arrecadar R\$ 10 bi com precatórios

**Guilherme Pimenta e Lu Aiko Otta**

O Ministério da Fazenda estima que poderá arrecadar cerca de R\$ 10 bilhões em 2024 a partir da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que permitiu ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) quitar ainda este ano o estoque de aproximadamente R\$ 95 bilhões em precatórios, cujo pagamento vem se acumulando desde 2021, ainda no governo de Jair Bolsonaro (PL).

Ao mesmo tempo em que vai saldar a dívida com credores do governo, a Fazenda espera arrecadar Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL). Esses **tributos** serão recolhidos sobre os montantes pagos, explicaram integrantes da área econômica. De um lado, com o respaldo do Judiciário, o governo vai quitar o estoque fora das regras fiscais. Mas, de outro, essa ação gerará a receita primária, que auxiliará nos planos da equipe econômica de perseguir uma meta de déficit fiscal zero.

Embora o pagamento de precatórios não tenha sido formulado com o objetivo principal de arrecadar esses **tributos**, trata-se de uma receita considerável, na avaliação da pasta. O montante equivale ao que o governo arrecadaria no período de um ano, se houvesse prosperado a proposta de acabar com a dedutibilidade dos Juros sobre o Capital Próprio (JCP).

A ideia de acabar com o JCP não avançou e a tendência é que seja criada uma nova regra, inspirada no modelo europeu, que limita as deduções. Esse é um debate que será feito em 2024, na reforma do Imposto de Renda, informa-se nos bastidores. No entanto, a Fazenda pretende aprovar ainda este ano um conjunto de regras que limitarão o uso do JCP e vão conter, já no ano que vem, o que a pasta considera uso abusivo do mecanismo.

Ainda que os R\$ 10 bilhões da tributação sobre precatórios sejam uma receita extraordinária, ele serão reforço importante para o caixa do governo na busca do déficit zero em 2024.

Na última semana, nove dos dez ministros do STF autorizaram o governo a quitar o estoque de precatórios, contabilizando o gasto fora dos limites de

despesa das regras fiscais. Estabeleceram também uma regra de transição: até 2026, o governo poderá retirar dos limites de despesa e da meta de resultado primário o montante que exceder ao que já está previsto para pagamento nos próximos anos.

Mas a partir de 2027 o STF decidiu que os pagamentos de precatórios serão integralmente computados como despesa primária, dentro dos limites das regras fiscais. A corte não acatou a tese da Fazenda, que pleiteava dividir a contabilização dos precatórios entre gasto primário (principal) e financeiro (juros e encargos). Como mostrou o Valor, essa era uma tese controversa mesmo dentro da área econômica do governo.

Com a decisão do Supremo, a pasta aguarda o Conselho da Justiça Federal (CJF) informar o valor exato dos precatórios devidos a credores. A expectativa é que o documento seja encaminhado na próxima semana. Na sequência, o governo editará medida provisória abrindo o crédito extraordinário para o pagamento. O valor final, dizem membros da pasta, tende a ficar abaixo de R\$ 95 bilhões, mas acima de R\$ 90 bilhões. Isso porque os precatórios do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) ficaram fora da decisão do STF.

A área econômica chegou a discutir a ideia de pagar, logo no início de 2024, os R\$ 66 bilhões em precatórios que já estavam previstos para serem pagos ao longo do ano. Ao quitar essa dívida de forma concentrada, seria feita injeção de recursos na economia, o que poderia contribuir para impulsionar a atividade.

Havia outro motivo para esse pagamento concentrado, explicou a fonte: evitar o risco de privilegiar um credor do governo em detrimento de outro. No entanto, essa preocupação foi afastada porque o CJF será capaz de estabelecer uma ordem cronológica dos requerimentos. Assim, o pagamento será feito de forma paulatina, como é hoje.

Apesar de a tese da Fazenda não ter sido acatada na íntegra pelo Supremo, membros da pasta avaliam que a decisão foi positiva e, de alguma maneira, inovadora em relação à retirada do excesso de precatórios das regras fiscais até 2026. Foi desarmada a "bola de

neve" de precatórios que se acumulava e teria de ser paga de uma vez em 2027, podendo ultrapassar R\$200 bilhões.

Em relação a 2027, quando tudo passará a ser computado nos limites, integrantes da pasta avaliam preliminarmente que não há preocupação, já que há uma tendência de queda nos volumes de precatórios a serem pagos nos próximos anos. "Pode até haver uma abertura de espaço fiscal", estimou uma fonte da pasta.

O aumento da transparência aos indicadores fiscais decorrente do combate ao acúmulo de precatórios a serem pagos em 2027, que poderia chegar a R\$ 200 bilhões, foi destacado pelas economistas Mariana Silva de Freitas e Mayara Santiago da Silva em relatório do Bradesco.

Elas chamam a atenção também para a injeção de recursos na economia, com aumento da renda disponível. Perto de metade do bolo de precatórios se refere a ações envolvendo salários, benefícios sociais ou Previdência. Assim, elas consideram razoável supor que uma parcela dos recursos será direcionada ao consumo das famílias. De forma conservadora, apontam para um impacto de 0,1 ponto percentual do Produto Interno Bruto (**PIB**) no primeiro semestre.

A advogada tributarista Luciana Aguiar, sócia fundadora do Alma Law, explica que a arrecadação é expressiva para o governo já que o imposto, tanto para pessoa física (IRPF) quanto para as empresas (IRPJ), é recolhido diretamente da fonte, no ato do pagamento. "Precatórios normalmente se referem a rendimentos recebidos acumuladamente, aqueles relativos a anos-calendário anteriores ao do recebimento, explicou a tributarista.

Em relação à incidência de IRPJ e CSLL, ela explica que esses **impostos** são apurados quando da tributação do lucro da empresa, sem prejuízo dos valores retidos na fonte.

Já Rafaela Vitória, economista-chefe do Banco Inter, avalia que, apesar de o montante ser relevante para 2024, é preciso olhar para o longo prazo. "Ainda fica uma preocupação para os anos seguintes, pois os acréscimos de despesas têm sido de caráter permanente, como aumento do real do salário mínimo e a ampliação do Bolsa Família, além da volta da vinculação dos gastos de saúde e educação."

Ela aponta que o pagamento dos R\$ 95 bilhões "é uma elevada transferência de renda", que pode surtir efeitos na atividade econômica. "Ainda que o governo queira contabilizar fora do resultado primário, é cerca de 0,9% do **PIB** e pode, sim, resultar em algum

impulso positivo na atividade no curto prazo."

"Ainda fica uma preocupação para os anos seguintes"  
Rafaela Vitória

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231206/>

# Permanece impasse em tomo da MP das subvenções

**Raphael Di Cunto e Marcelo**

Com resistências principalmente entre os senadores, o parecer à medida provisória (MP) das subvenções a investimentos só deve ser apresentado na próxima semana. O impasse ocorre apesar das concessões do governo sobre o passivo das empresas, com desconto de até 80% no valor que teriam que pagar, e desidratação da proposta para modificar o mecanismo dos Juros sobre Capital Próprio (JCP).

As mudanças no JCP, antecipadas pelo Valor, devem derrubar a arrecadação esperada de R\$ 10,6 bilhões que seria obtida com o fim do mecanismo (usado pelas empresas para remunerar seus acionistas e diminuir o montante dos **impostos** pagos). O governo acabou abrindo mão da intenção de elevar a tributação sobre os valores distribuídos e limitar o uso do JCP para aprovar o texto ainda este ano. A versão final, que deve ser incorporada ao relatório, apenas fecha brechas para planejamento tributário que a Fazenda considera "abusivo", com manobras contábeis para inflar o patrimônio. Técnicos do governo ainda não fizeram as contas, mas dizem que o impacto deve ser reduzido para em torno de R\$ 1 bilhão.

Isso, contudo, não diminuiu as pressões contra a MP, que muda a tributação sobre incentivos estaduais. Um grupo de 45 entidades que representam setores da indústria, agropecuária e varejo assinaram manifesto dizendo que a proposta trará "sérias consequências" econômicas, com aumento da carga tributária sobre as empresas em cinco pontos percentuais e desestímulo a investimentos.

Estava prevista a apresentação do relatório do deputado Luiz Fernando Faria (PSD-MG) nesta quarta-feira, mas a sessão foi adiada para esta quinta-feira e deve ficar para a próxima semana. "Não tem concordância dos senadores, sobretudo os que fazem parte da comissão", disse.

Os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, conversaram com senadores. Líder do governo no Congresso, o senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), disse que há divergência no tratamento do crédito presumido de ICMS.

Bancadas ligadas ao setor produtivo, como a ruralista,

também ameaçam apresentar requerimentos durante a votação para alterar a MP. Elas estão em negociação com o relator, mas a Fazenda tenta evitar essas alterações para não diminuir a arrecadação de R\$ 35 bilhões esperada.

**Site:** <https://valor.globo.com/impresso/20231206/>

# Safra é recorde, mas PIB será menor este ano

A agricultura brasileira apresentou recorde na produção de grãos na safra 2022/2023, atingindo 322,8 milhões de toneladas. A informação está no relatório sobre balanço do setor, divulgado na manhã de ontem pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Apesar da produção recorde, segundo o documento, o Produto Interno Bruto (**PIB**) do agronegócio deve sofrer um recuo de 0,94% em relação a 2022. O documento mostra que o Valor Bruto da Produção deve alcançar R\$ 1,24 trilhão, redução de 2,2% ante 2022.

Analisando apenas a agropecuária, ou seja, o cultivo na agricultura e a criação de animais, o **PIB** do setor deverá crescer 14,5% em 2023, correspondendo a 47% do **PIB** total do Brasil. O documento mostra ainda que a margem de lucro do produtor rural brasileiro foi menor. A margem bruta da soja, por exemplo, teve redução de 68% em comparação com a safra 2021/22, segundo dados do Projeto Campo Futuro, parceria entre o Sistema CNA e a USP. Apenas no milho primeira safra houve queda de 134% na margem do produtor. Já na segunda safra do produto, o valor foi reduzido em 122%.

"Tivemos um ano de safra cheia e bolso vazio", comentou o diretor técnico da Confederação, Bruno Lucchi. "Foi uma safra das mais caras da história. O custo de produção se elevou, influenciado por fatores como o custo de fertilizantes. O preço também foi bem menor", acrescentou, ao afirmar que a queda nos preços variou de 20% a 30%. "Foi um ano caracterizado por margens muito estreitas".

Os custos de produção elevados e a queda no preço das commodities comprometeram a receita dos produtores. Na pecuária de leite e de corte, as margens dos produtores também estão menores e a perspectiva da entidade para o próximo ano é de que o cenário de margem reduzida do produtor permaneça.

## Insegurança jurídica

Lucchi apontou também a "insegurança jurídica" como fator que desestabilizou a agropecuária em 2023. O diretor citou como exemplo insegurança jurídica, o crescimento do número de invasões de propriedades rurais e o debate sobre o marco temporal. "Somente em 11 meses de 2023, foram 71 invasões, número muito maior que as invasões que tivemos nos últimos quatro anos. Isso tirou o sossego de muitos produtores, que colocaram um freio nos

investimentos", contou. "Esperamos derrubar os vetos do presidente Lula ao marco temporal, para que haja mais segurança jurídica", completou.

Para 2024, a CNA espera resultado do **PIB** no agronegócio próximo à neutralidade ou queda de até 2% em relação à 2023. O **PIB** agropecuário deve ficar em 1,5%. Influenciarão na performance menor, questões geopolíticas como as guerras e questões climáticas, com alterações na temperatura média e nos índices de chuvas provocadas pelo fenômeno El Niño. (EL)

## Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/12/07/all.pdf>

# Avanço do PIB rumo para o medíocre - CELSO MING

**CELSO MING**

O **PIB** cresceu insignificante 0,1% no terceiro trimestre em relação ao trimestre anterior e, no entanto, muita gente comemorou porque esperava uma desaceleração mais acentuada.

Outro motivo que puxou as comemorações foi o de que, apesar da queda já esperada deste último trimestre, o avanço esperado para todo o ano de 2023 pode beirar os 3%, graças à impressionante disparada da agropecuária no primeiro trimestre, quando cresceu incríveis 12,5%.

Mas a questão central não passa por aí. Passa pelo que vem pela frente, que é o de um **PIB** especialmente medíocre.

A força de arrasto, também chamada herança estatística (carry-over) para 2024 não deve ser superior a 0,3%. As projeções são de que 2024 não deve produzir crescimento maior do que 1,5%.

Pesam sobre esse resultado mais fraco, o desempenho provavelmente negativo da agropecuária pelo impacto do El Niño em todo o território nacional e a queda dos preços das commodities.

Mas conta, também, o mergulho tanto da poupança nacional quanto do investimento.

A poupança foi de 16,9% da renda no segundo trimestre e recuou para 15,7%, no terceiro.

Enquanto isso, o investimento caiu de 17,2% do **PIB** para 16,6%. Para que possa sustentar um avanço da atividade econômica de cerca de 3% ao ano, o investimento deverá ser de pelo menos 22% do **PIB**.

Tanto dentro do governo Lula quanto no PT, a explicação recorrente para a queda do investimento é o juro alto que estaria desestimulando a tomada de financiamentos, porque o retorno do capital aplicado mal compensa o custo dos empréstimos.

Mas isso não é inteiramente verdadeiro. O investimento já foi bem mais alto, mesmo quando os juros básicos (Selic) estavam em 13,75% ao ano. Afora isso, os juros altos contribuíram para a queda da **inflação** e para a maior preservação do poder

aquisitivo do brasileiro.

A principal explicação, tanto para o recuo da poupança nacional quanto do investimento, é a atual política econômica distributivista que vem dando prioridade ao consumo das famílias e ao avanço das despesas públicas. É a economia da mão pra boca, que vem ajudando a derrubar o desemprego, agora em 7,6% da força de trabalho no trimestre móvel terminado em outubro, menor nível desde fevereiro de 2015 - embora sem aumento significativo da produtividade da mão de obra -, mas que não assegura impulso firme para o **PIB** futuro.

Esta não é a retomada de polêmica dos tempos do governo militar sobre o que é mais importante: garantir o crescimento do bolo ou comer o bolo. Trata-se de ter bolo para comer e, ao mesmo tempo, de garantir seu crescimento futuro.

**Notícias Relacionadas:**

O ESTADO DE S. PAULO  
Avanço do **PIB** rumo para o medíocre

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Não é o juro que limita o PIB (Editorial)

O comportamento da economia brasileira voltou a surpreender no terceiro trimestre deste ano. Ainda que o resultado tenha sido tímido, o Produto Interno Bruto (**PIB**) cresceu 0,1% ante o segundo trimestre - pouco, mas suficiente para animar os investidores, que esperavam uma variação negativa.

De acordo com a coordenadora de Contas Nacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Rebeca Palis, desta vez o agronegócio puxou a economia para baixo. Depois de impulsionar o **PIB** na primeira metade do ano, o agro caiu 3,3% no terceiro trimestre ante o período imediatamente anterior. Indústria e serviços cresceram 0,6%; e o comércio, 0,3%.

Na comparação interanual, no entanto, Palis destacou que o desempenho do agronegócio foi fundamental para impulsionar a economia como um todo. O **PIB** avançou 2% em relação ao terceiro trimestre de 2022; no mesmo período, o agro avançou 8,8%; a indústria, 1%; serviços, 1,8%; e o comércio, 0,7%.

Na ótica da demanda, o destaque positivo foi o consumo das famílias, que aumentou 1,1% entre o segundo e o terceiro trimestres e 3,3% em relação ao mesmo período do ano passado. Por outro lado, os investimentos, medidos pela Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), caíram 2,5% na margem e despencaram 6,8% na comparação interanual.

Nos dois casos, não houve surpresas. Como explicou o economista-chefe da Ágora Investimentos, Dalton Gardimam, trata-se do resultado de uma política econômica que privilegia o consumo e pune investimentos.

No governo, no entanto, o resultado foi comemorado.

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, disse que o País não crescerá menos de 3% neste ano.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, por sua vez, reconheceu que o **PIB** foi fraco, mas atribuiu o resultado às taxas de juros reais, que teriam atingido o nível mais alto em junho - antes, portanto, de o Banco Central (BC) iniciar o ciclo de redução da Selic, em agosto. "Com os cortes nas taxas de juros, nós esperamos que neste ano fechemos o **PIB** com mais de 3% de crescimento e esperamos um crescimento na faixa de 2,5% no ano que vem. Mas o BC precisa fazer o trabalho dele", afirmou Haddad.

A reação do ministro é natural, mas injustificável.

Sem a elevação dos juros, o País não teria debelado a **inflação**, que continua a assombrar economias mais desenvolvidas, como a norte-americana. Não é possível conter a **inflação** sem causar impactos na economia: é este, precisamente, o custo do controle dos preços.

Culpar os juros pelo baixo crescimento, no entanto, é ilusório. O passado prova que reduzir os juros de forma artificial não garante nada além de voos de galinha e preços elevados, que penalizam, sobretudo, os mais pobres. A economia não voltará a crescer de forma consistente sem aumento dos investimentos e da produtividade, o que requer reformas estruturais.

Ajudaria muito se as políticas monetária e fiscal remassem na mesma direção. É papel de Haddad aproveitar o resultado do **PIB** para convencer o presidente Lula da Silva sobre os riscos do aumento do gasto público e dos estímulos artificiais ao crédito.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Dívida bruta do governo fica em 74,7% do PIB

*I EDUARDO RODRIGUES/BRASÍLI*

A dívida bruta do governo geral (que abrange o governo federal, os governos estaduais e municipais, excluindo o Banco Central e as empresas estatais) atingiu o valor de R\$ 7,913 trilhões em outubro, o que representou 74,7% do **PIB**, segundo dados divulgados ontem pelo Banco Central. Em setembro, ela estava em 74,4%.

O indicador é uma das referências para avaliação, por parte das agências globais de classificação de risco, da capacidade de solvência do País.

Ainda segundo o BC, o setor público consolidado (governo central, Estados, municípios e estatais, com exceção de Petrobras e Eletrobras) registrou em outubro um déficit primário (que inclui as receitas e as despesas, sem considerar as financeiras) de R\$ 114,184 bilhões em 12 meses - ante R\$ 101,888 bilhões em setembro.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# "Inflação do PIB" reduz dívida do país no curto prazo

**Anais Fernandes**

Revisões recentes do Produto Interno Bruto (**PIB**) nominal do Brasil devem reduzir em cerca de um ponto percentual a série da dívida bruta/**PIB** do país, estimam economistas. Eles ponderam que essa pode até ser uma mudança de nível benéfica, mas a tendência preocupante de um endividamento crescente se mantém. Além disso, decisões envolvendo os precatórios podem compensar parte dos ganhos conjunturais.

Ontem, o Banco Central divulgou que a dívida bruta do Brasil subiu 0,3 ponto percentual em outubro, para 74,7% do **PIB**. Com o resultado de revisões e novas informações apresentadas pelo IBGE recentemente - a respeito das contas nacionais trimestrais até setembro de 2023 e das contas anuais de 2021 -, o **PIB** a preços correntes nos últimos 12 meses até setembro está 1,37% superior à estimativa utilizada pelo BC, segundo Fernando Montero, economista-chefe da Tullet Prebon.

Como o **PIB** nominal é o denominador da relação dívida/**PIB**, um valor maior ajuda a reduzir o nível do endividamento do país.

Assim, a expectativa de Montero era que o BC revisasse a dívida/**PIB** de setembro de 74,37% para 73,7%, e a de outubro, de 74,7% para 73,7% do **PIB**. Isso não aconteceu na divulgação de ontem, na sua avaliação, porque não deu tempo de a autoridade monetária incorporar os novos dados do IBGE. Esses ajustes na série, diz Montero, devem ocorrer na próxima publicação.

O **PIB** nominal avançou porque o seu deflator implícito - espécie de **inflação** mais geral da economia, não apenas ao consumidor, como é o IPCA - tem vindo maior. Nas contas anuais de 2021, revisadas recentemente pelo IBGE, o crescimento real daquele ano diminuiu de 5% para 4,8%, mas o deflator passou de 11,4% para 13%, segundo Montero. Um deflator de 2021 "muito acima do inicialmente estimado", diz, puxa para cima toda a série nominal.

Além disso, nesta semana, foi a vez de as contas trimestrais acrescentarem mudanças modestas para o **PIB** real de 2022 (de 2,9% para 3%), mas mais fortes para o deflator (de 8,2% para 8,5%).

Montero nota que a economia real (descontada a **inflação**), na verdade, avança menos depois das revisões. Entre o segundo e o terceiro trimestre deste ano, subiu 0,15%, mas o patamar real do segundo trimestre foi rebaixado 0,22%. "O nível real da economia no terceiro trimestre estava abaixo do patamar anterior do segundo trimestre, antes da revisão de todas as séries de 2021", explica.

Tudo o mais constante, as revisões de **PIB** nominal na série devem diminuir a dívida bruta/**PIB** de 2021 de 78,3% para 77,3%, enquanto o indicador de 2022 cairá de 72,9% para 71,7%, estima Roberto Secemski, economista-chefe para Brasil do Barclays.

Para este ano, ele prevê uma dívida/**PIB** em 74,4%, já incorporando a última revisão do IBGE, mas ainda sem considerar os pagamentos dos precatórios.

Depois da autorização do Supremo Tribunal Federal (STF), o governo corre para quitar, até o fim do ano, os pagamentos represados, em um valor que ronda R\$ 95 bilhões. Secemski estima um pagamento único no valor equivalente a 0,9% do **PIB**, o que elevaria a dívida/**PIB** deste ano da sua projeção atual para 75,3% e a de 2024 para 78,4%, de 77,8% previsto.

Do ponto de vista da dívida bruta, "a queda causada pelo aumento do **PIB** nominal pode ser compensada pelo próximo pagamento da "bola de neve" dos precatórios", afirma o economista do Barclays.

Secemski e Montero calculam que o deflator do **PIB** cresceu 3,3% no terceiro trimestre deste ano, ante igual período de 2022. Há um ano, o deflator subia 8,6%.

Apesar da melhoria contínua no deflator dos serviços - de 10,2% no terceiro trimestre de 2022 para 5,8% em 2023 -, ele continua a rodar acima de todas as outras categorias, destaca Secemski. "Não chega a ser uma surpresa, e está desacelerando, o que é bom. Mas o deflator de serviços mostra um pouco mais de inércia", diz. Isso é um freio a mais, na sua avaliação, para o Banco Central pensar em acelerar o ciclo de cortes da Selic.

Com a atualização do **PIB** nominal, considerando a revisão da série do IBGE, a projeção da XP para a

dívida/**PIB** em 2023 passou de 75,6% para 74,1%, sem incluir ainda eventuais efeitos dos precatórios. "Vale ressaltar que esse é o efeito apenas do **PIB**. Além disso, houve uma redução de nível, que ajuda na foto, mas a tendência ainda é de alta ao longo do tempo", afirma Tiago Sbardelotto, economista da XP.

"Ajuda na foto, mas a tendência ainda é de alta ao longo do tempo" Tiago Sbardelotto

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso/20231206/>

# Endividamento dos governos sobe pelo 4º mês e é o maior em um ano

**Larissa Garcia e Alex Ribeiro**

A dívida bruta dos governos no Brasil subiu pelo quarto mês seguido em relação ao Produto Interno Bruto (**PIB**) e alcançou 74,70% em outubro, segundo dados divulgados pelo Banco Central (BC) nesta quarta-feira (6). Este é o maior patamar desde outubro de 2022.

Em termos nominais, o endividamento somou R\$ 7,913 trilhões no mês. De acordo com a autoridade monetária, a alta de 0,30 ponto percentual em relação a setembro pode ser explicada principalmente pela evolução dos juros nominais apropriados, que contribuiu com aumento de 0,60 ponto percentual, e pela emissão líquida de dívida, de 0,1 ponto. Em relação ao mesmo mês do ano passado, a alta foi de 1,8 ponto percentual.

Por outro lado, o efeito da variação do **PIB** nominal puxou em 0,5 ponto para baixo.

A dívida líquida, por sua vez, ficou estável em outubro em 60% do **PIB** (R\$ 6,352 trilhões). Essa métrica desconta os ativos do governo, como as reservas internacionais. Na comparação com outubro de 2022, houve avanço de 2,9 pontos percentuais.

No mês, os impactos mais significativos foram dos juros apropriados, que aumentaram o montante em 0,6 ponto, o superávit primário, que reduziu o montante em 0,1 ponto, a desvalorização cambial de 1,0% no mês (redução de 0,1 ponto), e o aumento do **PIB** (redução de 0,4 ponto).

Pela metodologia do Banco Central, o setor público consolidado, que engloba o governo federal, Estados e municípios, registrou superávit primário de R\$ 14,8 bilhões em outubro, contra resultado positivo de R\$ 27,1 bilhões um ano antes.

No mês, houve superávit de R\$ 19,5 bilhões no governo central (BC, Tesouro e Previdência) e déficits de R\$ 3,9 bilhões nos governos regionais e de R\$ 805 milhões nas empresas estatais. Nos 12 meses encerrados em outubro, o setor público consolidado acumulou déficit de R\$ 114,2 bilhões, equivalente a 1,08% do **PIB**.

"Em 12 meses temos visto um crescimento desse

resultado deficitário desde junho [de 2022]. Até maio havia superávit primário e de lá para cá vimos o crescimento desse resultado negativo", ressaltou Fernando Rocha, chefe do departamento de estatísticas do Banco Central.

O resultado nominal, que inclui despesas com juros, foi deficitário em R\$ 47,1 bilhões em outubro e em R\$ 834,3 bilhões, ou 7,88% do **PIB**, em 12 meses.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20231206/>